

O lugar da educação no enfrentamento aos ataques às escolas no Brasil: o que dizem as propostas dos governos estaduais

Raul Nunes¹

Os ataques às escolas se tornaram um problema público no Brasil após o ciclo de 2022-2023, quando ocorreram 58% dos atentados do tipo contabilizados no país — foram 36 desde 2001, dos quais 21 no intervalo considerado. Nesse momento, governadores que acabavam de ser eleitos e empossados tiveram que dar respostas sobre como iriam combater o terror que acometia seu estado. Sob a vigilância da imprensa, que ao mesmo tempo criava e ecoava uma preocupação social, proposições foram apresentadas pelos governantes. Esse trabalho tem por objetivo compreender o lugar dado à educação nas propostas de políticas públicas enunciadas pelos governadores dos nove estados em que ocorreram ataques nos anos de 2022 e 2023. Os estados selecionados foram Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio de Janeiro. Dados iniciais apontam que a segurança pública foi a principal área mobilizada pelos governadores, com medidas que vão desde o botão do pânico para acionamento imediato da polícia até as rondas escolares, passando ainda por palestras de policiais nas escolas. A área da saúde foi também privilegiada, por meio do debate sobre saúde mental e da provisão de atendimento psicológico para membros da comunidade escolar. Por outro lado, há poucas propostas claras que indiquem a participação das escolas na construção de sua própria proteção. Esse fato reitera os achados dos trabalhos que analisam políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência escolar, isto é, uma primazia das ações envolvendo segurança pública e uma perspectiva punitivista. Nessas propostas, a escola aparece como espaço de intervenção de atores externos. Quando é chamada a participar, é no sentido de se envolver em respostas emergenciais e efêmeras. No fim, a educação como tal não parece ser uma preocupação dos governadores quando o tema é combater os ataques às escolas. Os achados mostram ainda que esse cenário é transversal a governos de direita e esquerda, com maior abertura para a participação das comunidades escolares no último caso.

Palavras-chave: ataques às escolas; violência escolar; políticas públicas

Referências

¹ Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. E-mail: raulnunes@id.uff.br

BORUM, Randy et al. What can be done about school shootings? A review of the evidence. *Educational Researcher*, v. 39, n. 1, p. 27-37, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Grupo de Trabalho de Especialistas em Violência nas Escolas. *Ataques às escolas no Brasil: análise do fenômeno e recomendações para a ação governamental*. Brasil, 2023.

OLIVEIRA, Valéria Cristina de; DUTRA, Natália Marcelino; LUDGERO, Laura Figueiredo. Temos projetos e temos polícia: a visão dos diretores sobre as estratégias de prevenção à violência em contexto escolar. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 104, p. e5342, 2023.

SILVA, Flaviany Ribeiro da; ASSIS, Simone Gonçalves. Prevenção da violência escolar: uma revisão da literatura. *Educação e Pesquisa*, v. 44, p. e157305, 2018.

VINHA, Telma et al. *Ataques de violência extrema em escolas no Brasil: causas e caminhos*. São Paulo: D3e, 2023.